



ENTREVISTA

Denise Carreira

por Juliana Lapa Rizza

Nossa entrevistada deste dossiê é Denise Carreira, feminista antirracista, mestre e doutora em educação pela USP, coordenadora institucional da organização Ação Educativa, professora de política educacional da Faculdade de Educação da USP e referência na luta pelos direitos humanos no Brasil. Com base em seu doutorado sobre as políticas de diversidade nos governos Lula e Dilma e em outros estudos, Denise tem abordado as potências, os desafios e as armadilhas da noção de diversidade no contexto brasileiro e as possibilidades da interseccionalidade e de outras categorias de articulação na compreensão e transformação de realidades profundamente desiguais.

Como ativista, em um momento dramático do país, está no *front*: tem coordenado articulações da sociedade civil contra o movimento Escola Sem Partido e grupos fundamentalistas religiosos defensores da chamada “Ideologia de Gênero”; promovido o provocativo debate sobre o lugar dos sujeitos brancos na luta antirracista; e atuado na luta contra política econômica de austeridade e o Teto de Gastos (EC95) por meio da Coalizão Direitos Valem Mais, impulsionada pela Plataforma DHESCA. Para ela, um dos desafios do momento é o enfrentamento da profunda aliança entre ultraconservadores e ultraliberais que sustenta o governo Bolsonaro, ataca a Constituição Federal e corrói o Estado brasileiro e sua capacidade de garantir direitos.

Em tudo isso, Denise revela um compromisso profundo com uma perspectiva sempre atenta a captar onde há “energia vital”, sujeitos políticos de provocações e proposições; a tecer uma potente articulação entre teoria e prática; e a nutrir a esperança como fator de transformação política.

1. A partir de tuas pesquisas e estudos como tens promovido e articulado as problematizações acerca das políticas públicas em interface com as questões de gênero, raça e sexualidade?

Tenho buscado articular o debate sobre gênero, raça e sexualidade nas minhas várias frentes de atuação no campo das políticas públicas: da pesquisa às ações de incidência política. Esta articulação nem sempre é fácil de ser plenamente concretizada, é contextual, complexa, não necessariamente implica da mesma forma esses marcadores, podendo haver prevalência de um ou mais conforme a realidade abordada e as questões que mobilizam a pesquisa e a ação política. Acredito na importância política da busca dessa articulação, já que as múltiplas modalidades de poder (classe social, gênero, raça, etnia, sexualidade, geração, origem nacional etc.) se enredam na experiência concreta e local dos sujeitos, nos corpos e nas relações, do cotidiano ao campo das políticas públicas.

Em meu doutorado sobre as políticas de diversidade nos governos Lula e Dilma, busquei refletir sobre as possibilidades e limites das categorias de articulação com base nas provocações de Fulvia Rosemberg referente ao conceito de não sincronia proposto pela feminista branca Emily Hicks (1981); de interseccionalidades, da teórica feminista negra Kimberlé Crenshaw à filósofa branca holandesa Baukje Prins; chegando aos “espaços de diáspora” propostos pela feminista negra indiana Avtar Brah, entre outras.

Uma das questões que mobilizam o debate teórico sobre interseccionalidades é como ir além do mero reconhecimento da importância e da necessidade de relacionar gênero, classe, raça, etnia, orientação sexual, geração, nacionalidade etc. e avançar em abordagens que possibilitem captar e compreender a existência ou não de interações entre essas categoriais nos diferentes contextos. Interações tanto no que se refere à intensificação de desigualdades, à multidiscriminação e à violência quanto a potencializar a agência dos sujeitos em prol da transformação das relações desiguais de poder. Com base nessas inquietações, sem expectativa de respostas conclusivas, tenho dialogado com a produção teórica mais recente e refletido as possibilidades, limites e contradições da noção de diversidade nas políticas educacionais.

2. Sabemos que dentre as pesquisas e estudos que vens realizando, as chamadas políticas de diversidade na educação tem sido um dos focos de problematização. Como analisas a emergência do debate acerca da diversidade no âmbito das políticas públicas e acreditas que elas possibilitam a minimização das desigualdades, sejam elas de gênero, sexualidade, raça/etnia, entre outras?

É importante considerar que a noção de diversidade emerge com intensidade nos anos de 1990 no campo das políticas públicas brasileiras, refletindo o crescente uso da categoria em nível internacional. Essa emergência no Brasil e na América Latina está profundamente vinculada ao processo de redemocratização e de ampliação da participação social pós-ditaduras, legitimada por conferências internacionais, como as do Ciclo Social da ONU dos anos de 1990. Dentre essas conferências, destaco a importância da Conferência Internacional de Durban, na África do Sul, em 2001, que teve como foco o enfrentamento do racismo, da xenofobia e de formas correlatas de intolerância e que teve um papel muito importante na articulação de diversos movimentos sociais. Essas conferências vão ecoar globalmente as vozes e as propostas de vários movimentos sociais e constituir poderosos espaços para alianças regionais e internacionais no campo da sociedade civil.

Neste contexto da redemocratização no Brasil, movimentos de mulheres, de pessoas negras, indígenas, LGBTQs, pessoas com deficiências, ambientalistas, entre outros, vão pautar o debate sobre a relação diferenças e igualdade, evidenciando desigualdades para além das de classe social, tensionando de forma propositiva projetos de sociedade, noções de direitos humanos, democracia, políticas universais e de desenvolvimento e chamando a atenção para a importância política da transformação do cotidiano às políticas públicas. Historicamente, para esses movimentos sociais, a educação constitui política prioritária para a superação de uma cultura profundamente autoritária no país, baseada no racismo, no sexismo, na LGBTQfobia, na relação predatória com a natureza, no capacitismo e em tantas outras discriminações, violências e desigualdades.

Apesar da crescente adesão discursiva à noção de diversidade nas últimas décadas, é fundamental reconhecer que ela vem sendo usada com base em diferentes perspectivas no debate público, inclusive adotada por setores do capitalismo para expansão das fronteiras do mercado consumidor.

Para os movimentos sociais na educação, a noção de diversidade possui vários e complexos significados que vão variar conforme o contexto. Ela é “possibilidade” quando se torna “guarda-chuva” que reúne demandas históricas de sujeitos políticos diversos às políticas educacionais, sujeitos que efetivamente não são reconhecidos plenamente como detentores de direitos na sociedade brasileira. Nesta perspectiva ora a diversidade se constitui como espaço para a construção de respostas interseccionais ao fenômeno da multidiscriminação; ora como proteção e “invisibilidade estratégica” para determinadas agendas mais atacadas; ora como oportunidade para alianças políticas entre os diferentes movimentos sociais que disputam a noção do que é qualidade em educação, como constatei por meio da análise do processo das Conferências Nacionais de Educação e na tramitação do Plano Nacional de

Educação 2014-2024 (PNE). Agendas que ao longo dos anos de 1990 recebiam um tratamento residual no campo das políticas educacionais.

Mas a diversidade também pode ser “armadilha” quando o seu uso homogeneiza, dilui, nivela, apazigua e esvazia politicamente as diferentes demandas e conflitos envolvidos nessas mesmas agendas, em especial, os referentes ao enfrentamento do racismo estrutural na realidade brasileira, se transformando em algo que se aproxima de uma nova versão do mito da “democracia racial”, como alertado também por pesquisadoras como Tatiane Rodrigues, Anete Abramowicz, Sabrina Moehlecke e Renato Ortiz.

Considerando esses limites, contradições, mas também suas possibilidades, seus usos nos diferentes contextos, é fundamental reconhecer que a noção da diversidade nas políticas educacionais impulsionada nas últimas décadas pela antiga Secad (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade) contribuiu concretamente para avanços importantes nas políticas educacionais nos governos petistas: ao somar força política de diferentes movimentos sociais em prol de programas e políticas específicos à expansão à reformulação e ampliação de políticas universais; ao viabilizar o reconhecimento de sujeitos e agendas invisibilizadas nas políticas educacionais; ao tensionar – ainda que de forma inicial – o debate sobre qualidade educacional que pauta as políticas universais, enfrentando resistências diversas, inclusive dentro do próprio MEC e dos sistemas municipais e estaduais de educação.

No caso das agendas de gênero e sexualidade, impulsionadas por movimentos feministas, LGBTs e mulheres negras, o uso da noção de diversidade foi dramaticamente marcado por esses limites e possibilidades. Em um primeiro momento dos governos petistas, esse uso garantiu muitas vezes uma condição para a construção de programas e políticas diante da ambiguidade do próprio governo e de setores de esquerda na defesa efetiva dessas agendas. A partir dos anos de 2010 e, em especial, de 2014, a diversidade acaba sendo usada como proteção e “invisibilidade estratégica” para a sustentação de muitas dessas agendas em um contexto cada vez mais ameaçador, caracterizado pelo crescimento da força política de grupos ultraconservadores no contexto nacional.

Não é a toa que a Secretaria de Diversidade do MEC passou a ser atacada e esvaziada de sua força política durante o governo Dilma, processo intensificado no governo Temer e que culminou em 2019 com a extinção do órgão com a posse do governo Bolsonaro. Para os ultraconservadores, a noção de diversidade é uma ameaça a uma ordem hierárquica. Em minha tese de doutoramento, abordo como cada eixo das diferenças da Secadi foi sendo construído e, posteriormente, desconstruído no campo das políticas educacionais nos últimos anos. No artigo Gênero na BNCC e no livro Gênero e Educação: fortalecendo uma agenda

para as políticas educacionais, retomo essa desconstrução com relação às políticas e programas de promoção da igualdade de gênero na educação.

3. Quais ações vens promovendo no âmbito de tua atuação como coordenadora institucional da Ação Educativa nos últimos anos?

Na Ação Educativa, nestes últimos anos, em um contexto extremamente desafiante e ameaçador, tenho atuado em frentes de ação coletiva, que se conectam profundamente entre si, que passam por diferentes fases de intensidade e que sempre articulam um grande número de parceiras e parceiros: a defesa da agenda da igualdade de gênero na educação contra as ações de movimentos ultraconservadores; o enfrentamento da política econômica de austeridade racista, misógina e genocida por meio da Coalizão Direitos Valem Mais – pelo fim do Teto de Gastos e por uma Nova Economia, da qual sou fundadora e integro a coordenação, representando a Plataforma DHESCA Brasil; a agenda de superação do racismo na educação, que contempla desde o debate sobre branquitude, a disseminação de nossa metodologia participativa Educação e Relações Raciais e a atuação nos últimos anos em defesa de um Fundeb permanente, com Custo Aluno Qualidade (CAQ) e que venha a se constituir como política afirmativa de enfrentamento do racismo na educação; a disputa da noção de qualidade educacional e do debate sobre participação e avaliação educacional, por meio da Iniciativa De Olho nos Planos; a construção e sustentação do nosso Centro de Formação Educação Popular, Cultura e Direitos Humanos da Ação Educativa, do qual sou fundadora e coordenadora, como espaço de experimentação e de anúncio de possibilidades formativas inovadoras e de disseminação de nossas metodologias participativas. Destaco ainda que coordenei junto com o educador Sérgio Haddad entre 2018 e 2019 a construção coletiva de um documento sobre educação como parte de um novo projeto de esquerda para o país promovido pela Iniciativa Projeto Brasil Popular, impulsionado pela MST e por outros movimentos sociais. Os últimos anos têm sido extremamente intensos, cheios de desafios, mas também de possibilidades e de novas perspectivas e provocações.

4. Sabemos que atuas como defensora do direito à educação de meninas e mulheres da Rede Internacional Gulmakai, promovida pelo Fundo Malala, quais as ações e objetivos dessa Rede para o Brasil?

A Rede Internacional Gulmakai reúne cerca de 50 ativistas e pesquisadoras de sete países (Brasil, Nigéria, Paquistão, Afeganistão, Índia, Turquia e Líbano) comprometidos com a promoção da igualdade de gênero na educação. Gulmakai foi o nome do Blog que Malala escrevia quando adolescente no Paquistão em defesa da educação de meninas, quando sofreu

o ataque por grupos fundamentalistas, que quase lhe tirou a vida. A Rede Gulmakai visa promover intercâmbios entre as/os ativistas, pesquisadoras e pesquisadores apoiados pelo Fundo Malala sobre a luta pela garantia do direito à educação, em especial, para as meninas. Abarca desde as agendas do financiamento educacional, o desafio da construção e sustentação de políticas públicas nos contextos nacionais e o enfrentamento do fundamentalismo que atacam a igualdade de gênero na educação em diferentes países.

Desde 2019, contamos com o Capítulo Brasil da Rede Internacional Gulmakai, recentemente renomeado para Rede de Ativistas de Educação. A Rede visa não somente estimular o intercâmbio e a articulação de ações estratégicas entre as ativistas e entidades apoiadas pelo Fundo, mas desenvolver também uma ação conjunta de incidência nacional, que entre 2019 e 2020 esteve focada na defesa da aprovação de um Fundeb permanente, com Custo Aluno Qualidade e como política afirmativa de enfrentamento do racismo na educação. As entidades que compõem a rede de ativista no Brasil são: Ação Educativa (SP), Anai – Associação Nacional de Ação Indigenista (BA), Centro de Cultura Luis Freire (PE), Centro de Mulheres do Cabo (PE), Odara – Instituto da Mulher Negra (BA), Redes da Maré (RJ) e CENDHEC – Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social (PE).

5. Estamos vivendo um momento onde existe uma onda reacionária e conservadora que visa impedir as discussões de gênero e sexualidade no currículo escolar. Que resistências tens realizado/percebido nas ações que promove?

Como decorrência das perseguições, da promoção do pânico moral, da disseminação de desinformação explícita e sistemática promovidos por grupos ultraconservadores no país, uma das grandes conquistas desses movimentos anti direito – que elegeram a educação como uma das suas áreas prioritárias de atuação – foi o avanço da autocensura nas escolas e em redes de ensino com relação às agendas de gênero, raça e sexualidade. Nos últimos anos, tivemos que priorizar ações de enfrentamento a essa realidade, de defesa das nossas agendas frente a tantos ataques por meio de estratégias de litígio estratégico, produção de materiais como o Manual de Defesa contra a censura nas escolas, comunicação, articulação política etc. Com base nas decisões históricas do STF em 2020, contra a atuação desses grupos ultraconservadores e afirmando o dever do Estado brasileiro na abordagem de gênero e sexualidade nas escolas como direito das crianças e adolescentes, retomamos a nossa agenda de promoção para além da defesa, lançando ao final de 2020 o Edital Igualdade de Gênero na Educação Básica para apresentação de propostas de planos de aula, projetos interdisciplinares, sequências didáticas e planos de campo de atividades. Em menos de um mês, recebemos 270 propostas, elaboradas por escolas, universidades, coletivos e

movimentos sociais, que estão sendo analisadas por um comitê constituído por parceiras de grande reconhecimento público na construção de uma educação antirracista, antiesexista e antiLGBTfóbica. Na linha do edital, vamos lançar outras ações de promoção em 2021, sempre articulando muitos parceiros, que estimulem educadoras, educadores, estudantes e coletivos a retomar o espaço perdido do debate sobre gênero e sexualidade nas escolas, nos territórios e na política educacional.

Apesar de todos os retrocessos, é importante reconhecer que há resistências e há muitos acúmulos, conhecimentos e experiências nas creches, escolas, universidades e nos territórios, promovidas por educadoras e educadores e por estudantes. Muitas delas se recolheram neste momento, foram para a “invisibilidade estratégica”, por conta do crescimento das forças autoritárias, mas estão lá, se reinventando, mesmo no contexto da pandemia.

Uma das grandes frentes de resistência vem dos coletivos diversos, em especial dos coletivos negros, feministas e LGBTs. Uma afirmação com a força, com o sabor e com a dignidade de que queremos e podemos mais. De dentro pra fora e de fora para dentro são muitos os jeitos, as provocações, os caminhos e as linguagens desse fazer político: da poesia arrebatadora dos slams e dos saraus às blogueiras e youtubers; do hip hop, do funk, da dança aos grupos de autocuidado e de estudos sobre teóricas feministas; das jovens griots conectadas ao conhecimento e à força das ancestrais ao cyberativismo; das marchas, passeatas, encontros presenciais e a distância que questionem padrões estéticos aos coletivos de meninas que disputam, desbravam, criam experimentos e trazem novas perguntas aos cursos de ciências e tecnologias das escolas e universidades, dominados por lógicas masculinas, brancas e heteronormativa.

Coletivos juvenis que foram protagonistas de várias mobilizações nacionais nos últimos anos, como as ocupações estudantis das escolas e das universidades públicas brasileiras em 2015 e 2016. Coletivos antirracistas que, junto com outros movimentos sociais e organizações da sociedade civil, vêm atuando contra o acirramento da violência racista e misógina e tensionando a branquitude como norma.

Não posso deixar de registrar a força do feminismo trans e o espaço conquistado por várias feministas negras trans nas últimas eleições municipais: grande conquista.

6. Com a inconstitucionalidade declarada de propostas como Escola Sem Partido, é possível que esses setores reacionários mudem suas estratégias de intervenção nas escolas. Frente a isso, seria possível antecipar quais poderiam ser essas estratégias e buscar alternativas de enfrentamento que não se limitem a ações defensivas?

É fundamental reconhecer a complexidade e a capacidade de transformação dos movimentos ultraconservadores e seus vínculos transnacionais, como revelados por estudos internacionais como o do Observatório de Sexualidade e Política (SPW). Mesmo antes das decisões do STF em 2020 – que determinaram como inconstitucional a atuação persecutória de movimentos como Escola sem Partido e afirmaram que é dever do Estado brasileiro promover a educação para igualdade de gênero e diversidade sexual em todas as escolas como forma de proteger crianças e adolescentes do abuso sexual e da violência – esses movimentos ultraconservadores já vinham diversificando suas estratégias e frentes de atuação na educação.

Uma dessas frentes tem sido a educação domiciliar, o homeschooling, não prevista na legislação brasileira; não permitida no país por falta de legislação, de acordo com decisão do STF de setembro de 2018; e que foi objeto de lei regulamentadora no Distrito Federal, sancionada em dezembro de 2020. A educação domiciliar no Brasil é defendida predominantemente por grupos ultraconservadores, como direito das famílias de educar crianças e adolescentes com base em seus valores e doutrinas políticas e religiosas, perspectiva que vai contra a decisão do STF tomada recentemente em 2020 que estabeleceu a fronteira entre os direitos das famílias e das crianças e adolescentes, ao afirmar que as crianças e adolescentes tem direito ao acesso a conhecimentos científicos e humanistas reconhecidos nas normativas curriculares nacionais, mesmo que estes sejam contrários às visões defendidas por suas famílias.

O homeschooling constou como uma das metas prioritárias de Bolsonaro em seus cem primeiros dias de governo. Na época, ele ameaçou lançar uma Medida Provisória, mas acabou apresentando um projeto de lei de regulamentação, atualmente parado no Congresso Nacional. Em 2021, este projeto e outros vinculados ao movimento Escola sem Partido, podem voltar a tramitar a depender do resultado das eleições para a presidência da Câmara Federal e Congresso Nacional, previstas para fevereiro de 2021. O candidato do governo Bolsonaro já afirmou que esta será uma das prioridades de sua gestão.

É importante observar que a aliança política entre ultraconservadores e ultraliberais, dos fundamentalistas religiosos aos fundamentalistas econômicos, foi decisiva para a eleição de Bolsonaro em 2018. Porém, no Congresso Nacional, os defensores do ajuste fiscal – sob liderança até 2020 de Rodrigo Maia – logo descobriram que a agenda ultraconservadora

criava inúmeras barreiras para o avanço legislativo das chamadas reformas estruturais na economia, que mais atrapalhavam do que ajudavam. Logo muitos desses projetos de lei dos ultraconservadores tiveram dificuldades para tramitar. Evidentemente, é importante registrar a pressão exercida desde sempre pelos partidos de oposição ao governo contra esses Projetos de Leis que vão contra os avanços conquistados pelos movimentos sociais nas últimas décadas.

Outra frente de ação dos movimentos ultraconservadores na educação é a militarização das escolas públicas. A militarização não é um fenômeno recente: ela está presente em vários estados brasileiros, como em Goiás, mas ganha força política com o lançamento em 2019 do Programa Nacional de Implantação de Escolas Cívico-militares pelo Ministério da Educação no primeiro ano do governo Bolsonaro. Programa este que recebeu adesão de 643 municípios e de 16 estados. Além dessa catástrofe, a recente aprovação em regime de urgência de uma lei no Estado do Paraná ao final de 2020, que prevê a militarização de 186 escolas públicas, com base em uma aligeirada e extremamente discutível consulta pública a escolas, vem tornar o quadro ainda mais complexo.

Em um país que vive profunda crise econômica e política, associada em 2020 a uma crise sanitária sem precedentes, a militarização das escolas tem apelo popular porque é apresentada equivocadamente à população como uma solução que combina o enfrentamento da violência nas escolas e comunidades e do crescente questionamento juvenil diante da falta total de perspectivas por meio do investimento em disciplina e no silenciamento dos conflitos, que na verdade significa a educação para obediência a uma ordem perversamente desigual.

A militarização de escolas públicas, assim como a educação domiciliar, atualizam o discurso da ideologia de gênero, criado pela Igreja Católica e adotada por grupos evangélicos neopentecostais e grupos ultraconservadores como forma de atacar direitos conquistados pelas mulheres e população LGBTQI+ nas últimas décadas. Reafirma as culturas tradicionais de gênero, a divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres e o controle dos corpos e da sexualidade, principalmente da juventude negra, LGBTQI+ e das garotas.

Quanto às estratégias, para além das ações de defesa contra os retrocessos no âmbito dos legislativos e do sistema de justiça, queremos trabalhar ainda mais com ações de promoção do debate qualificado nas escolas e famílias sobre o que está em jogo na militarização das escolas e na educação domiciliar e sobre a importância da abordagem da igualdade de gênero, raça e sexualidade para uma educação de qualidade que proteja crianças e adolescentes e as eduque para a vida, para a convivência democrática com as diferenças, para o exercício da cidadania em uma perspectiva criativa e crítica sobre as desigualdades brasileiras.

7. Hoje no Brasil, estamos vivendo um desmonte com relação aos movimentos que visam promover uma educação plural. O resultado desse cerceamento, por exemplo, foi o desmonte da SECADI, junto aos projetos financiados por essa secretaria; os cortes na pesquisa na área das Ciências Humanas e tantas outras situações que poderíamos apontar aqui. A partir desse cenário, quais os desafios que pesquisadores/as das questões de gênero e sexualidade vão enfrentar? Quais seriam as possibilidades de atuação para garantir a promoção dos direitos humanos e uma educação para a sexualidade nos diferentes espaços educativos?

Entendo que precisamos, mais do que nunca, ampliar o nosso trabalho em rede, fortalecer alianças com sujeitos políticos diversos, cruzar fronteiras e diversificar nossas estratégias de comunicação explicitando os interesses em jogo e os efeitos práticos no cotidiano da vida e na garantia do direito à qualidade da educação da atuação nefasta dos grupos ultraconservadores na educação. Precisamos também evidenciar a profunda articulação entre a ação ultraconservadora e a dos setores ultraliberais na desconstrução acelerada da capacidade do Estado de viabilizar políticas públicas garantidoras de direitos constitucionais, entre elas, as de educação e de ciência e tecnologia. O corte de recursos nessas áreas também representa a intenção de grande parte da elite brasileira na manutenção do lugar do país, no plano global, como uma economia subordinada, dependente e eternamente caracterizada como exportadora de commodities.

Nesse sentido, é urgente discutir economia e buscar uma ação intersetorial, como proposta pela Coalizão Direitos Valem Mais. A política econômica de austeridade no Brasil, considerada pela a ONU a mais drástica no planeta contra direitos sociais, que vem destruindo de forma acelerada as políticas sociais e ambientais, se articula profundamente com um discurso de promoção da família tradicional e de controle da sexualidade. Discurso este que naturaliza e reforça o lugar das meninas e mulheres como as cuidadoras de famílias e comunidades, sobrecarregando-as, e ataca os direitos da população LGBTIQ+. Ao mesmo tempo, a austeridade econômica exige uma política de contenção de conflitos sociais, de controles dos corpos, de encarceramento em massa da juventude negra, de internações psiquiátricas compulsórias, de medicalização e exclusão dos estudantes “indisciplinados” e “inadequados”, de militarização de escolas em prol de uma educação disciplinadora a uma ordem hierárquica.

Do ponto de vista de uma agenda de pesquisa, entendo que precisamos ir mais fundo na investigação da complexidade do fenômeno ultraconservador na educação em suas diferentes manifestações e como ele se manifesta dentro e fora das escolas e comunidades. Precisamos fazer novas perguntas e não nos ater a respostas apressadas e confortáveis.

Constatamos que esses movimentos ultraconservadores, também são integrados por professoras e professores, por gestoras e gestores escolares e educacionais, e que vêm disputando a institucionalidade participativa na educação conquistada nas últimas décadas. Estes movimentos tensionam o pressuposto que ancorou nossas ações nos últimos anos, de que a gestão democrática e a participação somente estariam a serviço da concretização de direitos. Eles têm usado esses mecanismos para questionar e atacar direitos previstos na legislação.

Na linha da pesquisa, também considero fundamental cuidar dos legados, das aprendizagens, dos acúmulos das últimas décadas, refleti-los criticamente: até onde chegamos? Sabemos que muitos dos limites enfrentados para o avanço das agendas referentes à relação igualdade e diferença ultrapassam à crescente ação política dos grupos ultraconservadores, sobretudo a partir de 2010, e se relacionam à configuração do Estado brasileiro, às resistências diversas existentes nos sistemas de ensino e escolas, ao não reconhecimento efetivo na sociedade brasileira, como detentoras de direitos, da população negra, dos povos indígenas, da população LGBTQI+, da população pobre, das mulheres, de pessoas com deficiência, das pessoas encarceradas; e das ambiguidades de setores da esquerda com relação à defesa explícita dessas agendas. Vivemos um momento extremamente dramático, de imensos retrocessos, mas acredito que vamos – de alguma forma – retomar futuramente essa construção no campo das políticas educacionais e precisamos contar com avaliações críticas e criativas que possibilitem novos passos e nos fortaleçam para as disputas.

8. A partir das tuas vivências com relação às discussões de gênero e sexualidade nas escolas e também nos diferentes espaços educativos, como podemos traçar estratégias para um trabalho pedagógico que envolva as temáticas de gênero e sexualidade na formação inicial e continuada de professores/as?

Temos que partir do reconhecimento do momento extremamente complexo, considerando a atual força política dos movimentos ultraconservadores e do fundamentalismo religioso em diferentes espaços da sociedade e, em especial, nas escolas e na gestão educacional. Movimentos que promovem uma perspectiva de gênero e sexualidade antidireitos, de reafirmação do patriarcado e da heteronormatividade, de imposição de determinados padrões de comportamento e que estão presentes não somente entre as famílias, mas também entre profissionais de educação e gestoras e gestores escolares e educacionais. Movimentos que se caracterizam não somente como movimento cultural, mas como movimento de aparelhamento do Estado e de incidência política.

Do ponto de vista da legislação, temos uma base legal consistente para a manutenção de programas e políticas de promoção da igualdade de gênero na educação, reforçadas pelas decisões do STF em 2020 sobre as ações referentes a leis inspiradas em propostas do movimento Escola Sem Partido.

Apesar das universidades, em especial as públicas, serem um grande espaço de resistência política a esse projeto autoritário que tomou o Estado brasileiro, muitas delas também vem sendo afetadas de diferentes formas por essa onda ultraconservadora e ultraliberal, que corta recursos financeiros, impõe retrocessos, cobra a diminuição de investimentos ou mesmo estimula a invisibilização das agendas de gênero, raça e sexualidade.

É fundamental que possamos seguir pressionando as universidades públicas e privadas para que a haja a efetiva incorporação de disciplinas que abordem as questões de gênero, raça e sexualidade nos cursos de ensino superior e, em especial, nos currículos dos cursos de pedagogia e licenciaturas destinados à formação de professores da educação básica. Em relação à formação continuada, é importante destacar a necessidade de uma política que se articule a ações de fortalecimento do trabalho coletivo escolar e de acompanhamento e assessoria pelos órgãos centrais do sistema às escolas, visando superar resistências a essas agendas e enraizar uma abordagem sistêmica nas escolas, que venha a se refletir nos projetos político-pedagógicos e nos planejamentos anuais das escolas. Destaca-se ainda a necessidade de que as profissionais de educação possam participar de processos de formação sobre essas agendas, ultrapassando uma abordagem restrita ao vínculo por adesão. Nesse sentido, coloca-se o desafio de aprimoramento permanente das estratégias metodológicas para trabalhar não somente com grupos de profissionais interessados nessas agendas, mas também com aquelas e aqueles resistentes a elas.

Destaco também a importância da regulamentação da Política Nacional de Formação dos Profissionais de Educação, prevista na meta 15 do Plano Nacional de Educação (2014-2024). Essa regulamentação pode contribuir para a superação da fronteira entre as formações prioritárias, formuladas nos últimos anos como resposta às avaliações de larga escala, e as “outras formações”, destinadas a abordar agendas ainda periféricas no debate sobre qualidade na educação, apesar de reconhecidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação. Essa superação deve compreender que a abordagem de gênero, raça e sexualidade constitui eixo da qualidade educação e condição fundamental para a construção de uma cultura democrática que sustente um projeto de país com justiça social e ambiental.

Do ponto de vista pedagógico, uma porta de entrada para a abordagem de gênero e sexualidade com setores conservadores é o enfrentamento do abuso sexual e da violência

contra mulheres, crianças, adolescentes e população LGBTQI+, problemáticas sobre as quais há uma grande sensibilidade por parte dessa população. Abordar gênero e sexualidade também é proteger crianças do abuso e da violência, é torná-las menos vulneráveis. Nessa perspectiva, a própria Lei Maria da Penha em seu artigo 8º estabelece que todas as escolas do país devem abordar gênero e raça como forma de prevenir a violência contra as mulheres.

Para além dos conceitos, das normativas, das estatísticas, das experiências concretas, acredito que os processos de formação devem mobilizar as subjetividades das educadoras e educadores e estimular uma reflexão crítica sobre as próprias trajetórias de vidas das profissionais de educação no que se refere às questões de gênero, raça e sexualidade e ao lugar de seus vínculos religiosos, quando existentes, em sua atuação docente.

Com base em uma perspectiva crítica que afirme o direito humano à liberdade religiosa, que reconheça o lugar do professorado como promotor e violador dos direitos humanos de seus estudantes e o sentido político da defesa ativa da laicidade na educação e de suas consequências práticas no cotidiano escolar, é necessário garantir processos coletivos de reflexão e de fortalecimento da identidade profissional efetivamente comprometida com uma educação questionadora. Uma educação referenciada na ciência, a serviço do reconhecimento da dignidade da diversidade presente entre os estudantes e suas famílias, em prol da garantia do direito à educação de qualidade para todas, todes e todos e do enfrentamento de todas as formas discriminação e violência.

Registro aqui também a importância do reconhecimento que o campo religioso é diverso e vive grandes disputas, dentre as quais, aquelas entre os que defendem a laicidade e o Estado democrático de Direito contra a atuação nefasta e manipuladora de fundamentalistas religiosos. Temos que ler de forma mais complexa e matizada o campo religioso e fortalecer alianças que possibilitem o enfrentamento do fenômeno ultraconservador.

9. Tens alguma sugestão de sites, livros ou filmes que possam contribuir para discussão de gênero e sexualidade nos espaços educativos? E de produções suas?

Gostaria de recomendar o nosso site Gênero e Educação, relançado em julho de 2020, que nasce em 2015 como um esforço articulado entre Ação Educativa e grandes parceiras como Geledés – Instituto da Mulher Negra, Ecos – Comunicação e Sexualidade e CLADEM, rede feminista de advogadas da América Latina e do Caribe, impulsionadora da Campanha por uma Educação Não Sexista e Não Discriminatória no continente. Nossa intenção é que o site se fortaleça cada vez mais como espaço de encontro e de referência no debate sobre gênero em uma perspectiva interseccional com raça e sexualidade, reunindo artigos, materiais educativos, filmes, cursos, experiências, matérias jornalísticas, links para outros sites e

plataformas que nutram e fortaleçam nossa atuação coletiva nos diferentes espaços. Convido também a todas as pessoas a serem sujeitos dessa construção permanente de nosso site. Recomendo também o site do Observatório Sexualidade e Política (SPW) e o portal do Geledés, como espaços muito importantes de conexão da esfera internacional, com a divulgação de estudos e pesquisas, análises provocativas, relatos de experiências e depoimentos encharcados de dor, cura e potência de transformação como nos lembram as pensadoras feministas negras bell hooks, Patrícia Collins e Angela Davis.

Sobre artigos que eu escrevi ou livros dos quais participei como parte de esforços coletivos, que complementam reflexões apresentadas aqui, sugiro alguns: A execução orçamentária das políticas de diversidade nos governos Lula e Dilma: obstáculos e desafios (2019); Gênero na BNCC: dos ataques fundamentalistas à resistência política (2019); O lugar dos sujeitos brancos na luta antirracista (2018); Gênero e Educação: fortalecendo uma agenda para as políticas educacionais (2016) e Gênero e raça: a EJA como política de ação afirmativa (2014). Muito obrigada pela oportunidade e parabéns a equipe da revista!

Denise Carreira é mestre e doutora em educação pela USP. Feminista antirracista, é coordenadora institucional da Ação Educativa, professora de política educacional da Faculdade de Educação da USP e integrante da Coalizão Direitos Valem Mais. Foi coordenadora da Campanha Nacional pelo Direito à Educação e Relatora Nacional de



Educação da Plataforma DHESCA. Integrou o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, foi presidente do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres de Rio Branco (AC), educadora da Rede Mulher de Educação e consultora do Fundo de Gênero da Embaixada do Canadá. A convite do Cladem, coordenou a elaboração do Informe Brasil – Gênero e Educação (2011 e 2013), apresentado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA. É defensora do direito humano à educação de meninas e mulheres da Rede Internacional Gulmakai, do Fundo

Malala.